

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.176.601 - CE  
(2017/0247421-4)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**EMBARGANTE : JACIARA DE SOUSA GUIMARAES LIMA**  
**ADVOGADOS : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183**  
**FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068**  
**RENAN BENEVIDES FRANCO - CE023450**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 118 E 120, *CAPUT*, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ART. 91, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DE N. 211 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada apresenta um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, o que não se verifica no caso dos autos.
2. A mera irresignação com o resultado do julgamento, visando, assim, à reversão do que já foi regularmente decidido, não tem o condão de viabilizar a oposição dos aclaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator